

8ª LEGISLATURA | 61º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA
SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICAÑO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jaiser Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picaño;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jaiser Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picaño – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picaño.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jaiser Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picaño – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jaiser Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 2880ª Sessão Ordinária - Íntegra 02
 - Ata da 84ª Reunião da CPI - Resol. nº 041/2019 06

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 458 a 461/2021 09

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resolução nº 8685/2021 09

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

**ATA DA 2880ª SESSÃO, EM 15 DE SETEMBRO DE 2021
 =ORDINÁRIA=**
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO EDER LOURINHO
 (Em exercício)

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentésima octogésima Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Convido a senhora deputada Yonny Pedroso e o senhor deputado Renan para atuarem como primeiro e segundo-secretários *ad hoc*, respectivamente.

Bom dia a todos e todas presentes!

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à verificação de quórum.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Renan** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – O Expediente consta do seguinte, senhor presidente: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental n. 43/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 225/2021, que “dispõe sobre a revogação de dispositivos da Lei n. 392, de 14 e agosto de 2003; Mensagem Governamental n. 44/2021, comunicando as razões de veto parcial ao Projeto de Lei n. 185/2019; Mensagem Governamental n. 45/2021, comunicando as razões de veto parcial ao Projeto de Lei n. 113/2020. **RECEBIDOS DO PODER LEGISLATIVO**: Projeto de Decreto Legislativo n. 29/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Humanitário do Bairro Santa Luzia Adjacências – IHSLA-BV-RR e dá outras providências”; Indicações nºs 1177 a 1184, 1187, 1188 e 1190, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações nºs 1185 e 1189, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicação n. 1186, de autoria do deputado Odilon Filho; Indicação n. 1191, de autoria da deputada Tayla Peres; Memorando n. 47/2021, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando ausência à sessão; Memorando n. 66/2021, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando ausência à sessão; Memorando n. 69/2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, justificando ausência à sessão; Memorando n. 70/2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, justificando ausência à sessão; Moção de Pesar n. 053/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, pelo falecimento do senhor José Lima dos Santos, Mestre Zé da Viola, ocorrido no dia 14 do mês de setembro do corrente ano. **DIVERSOS**: Ofício n. 122692/2021, de autoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Superintendência Regional de Roraima, em resposta ao Ofício 128/2021-SL/ALERR.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Solicito à senhora primeira-secretária que faça à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – Senhor presidente, há três oradores inscritos: deputados Nilton Sindpol, Coronel Chagas e Renan.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Com a palavra, com o tempo de até vinte minutos, o deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia a todos! Quero, hoje, iniciar, exaltando o trabalho das pessoas que fazem a limpeza do prédio da Assembleia Legislativa. Todos os dias a gente as cumprimenta, passa por elas nos corredores, e, às vezes, a gente esquece de citar na Tribuna a importância dessas pessoas para o Poder Legislativo. E assim, estendo meus cumprimentos a todos os servidores da Casa e aos demais deputados estaduais.

Deputado Neto Loureiro, segunda-feira, nós estivemos reunidos com o secretário de saúde, doutor Leocádio. Fomos lá em busca

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: <http://www.al.rr.leg.br> - **Email:** docgeralale@gmail.com
 AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

ANDRÉ GUILHERME TAVARES MILENAS

MATHEUS CASTRO DOS SANTOS

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.*

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

de informações a respeito da falta de medicamentos e saber quando as cirurgias eletivas irão retornar. Então, fizemos vários questionamentos com relação à saúde pública do Estado de Roraima. Por que estamos vindo à Tribuna, mais uma vez, falar de saúde pública do Estado? Porque parece, assim, que é um tabu! Os representantes do povo não falam, não prestam conta, não dão satisfação sobre essa situação. Então eu digo a vocês, a todos que nos assistem pela TV Assembleia, facebook, que eu fiquei bastante entusiasmado com as respostas do secretário Leocádio. No entanto, por outro lado, a gente chegou à conclusão que, administrativamente, a Sesau estava praticamente parada. Eram os processos licitatórios e as notas fiscais que estavam lá, sem serem pagas, por conta das recomendações do TCE. E o Leocádio está desatando esse nó para que a saúde pública do Estado de Roraima possa fluir e logo, logo, estejam as unidades hospitalares abastecidas com as medicações e que as cirurgias eletivas retornem, o quanto antes. Então, para mim, que sou um defensor da saúde pública, tenho a obrigação de estar aqui, como representante do povo, dizendo a todos, se Deus quiser e os trabalhos continuarem nessa firmeza que está sendo conduzido pelo doutor Leocádio, que logo, logo, a saúde pública do Estado de Roraima vai ter uma nova cara e as pessoas vão chegar a serem atendidas pelos médicos, vão ter as cirurgias eletivas realizadas.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Eu também tive a oportunidade de estar, semana passada, com o secretário Leocádio, o que me deixou mais tranquila, porque, também, é uma cobrança nossa essa questão de medicamentos, das cirurgias eletivas. Hoje, temos um alto índice de mulheres com câncer de colo de útero e precisamos, com uma certa urgência, que retornem as questões das cirurgias. Fui lá, também cobrar, prestar a nossa mão estendida da Assembleia, dizer que podem contar com esta Casa, mas é uma grande preocupação, realmente, de todo o Estado, essa questão da falta de medicamentos e o retorno das cirurgias. Para vocês terem uma ideia, deputado, principalmente a questão das cirurgias, também de fraturas, nós temos uma fila muito crescente e quando vamos visitar, como eu tive a oportunidade de ter pessoas, amigos próximos, que tiveram acidente com fratura exposta e estão na fila para fazer cirurgia e já tiveram a cirurgia suspensa quatro vezes. É uma frustração muito grande, pois falta material adequado na hora de fazer a cirurgia. Então, eu me solidarizo, também, com essas pessoas, dizer que estamos aqui, cobrando para que o Governo do Estado dê esse retorno, o mais rápido possível, como também, com as demais demandas de todos os hospitais do Estado, que nós temos andado, temos visitado. Há falta de medicamentos, falta de alimentos, e isso também é uma cobrança nossa ao Governo do Estado. Quero falar dessa nossa parceria de estar, realmente, dando essa resposta para toda a sociedade. Obrigada!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** continua. – Deputada Yonny, é sempre esperado pelos nossos eleitores que nós cumpramos o nosso papel, que estejamos lá, cobrando dos secretários e indo buscar as informações necessárias e também usar esses espaços que nós temos aqui, como a Rádio Assembleia, TV Assembleia e esta Tribuna, para que possamos fazer essa prestação de contas e dizer sobre o trabalho que está sendo desenvolvido. A pandemia, é claro, não é justificativa. Todo mundo sabe da questão das vidas que foram ceifadas e nós nos solidarizamos com todas as famílias que perderam um ente querido, mas, infelizmente, a Covid-19 ainda está presente e matando pessoas, mas em uma escala menor, e está sendo feito o possível para que minimize todo esse sofrimento. Então, a saúde pública do Estado de Roraima vindo a funcionar, como nós desejamos, como queremos, é importante, porque essas pessoas, os eleitores, os cidadãos do Estado de Roraima irão ter certeza que, assim como a deputada Yonny, o deputado Neto e os demais deputados desta Casa, estão empenhados em fazer o máximo possível para que a saúde, realmente, venha a funcionar. Sabemos dos esforços do governador Antonio Denarium, que trabalha entre 14 e 15 horas, sempre falamos disso, para que as coisas sejam resolvidas. Também, temos que ressaltar que o Estado de Roraima, no segundo semestre de 2018, sofreu um grande colapso financeiro e entrou para a história do país, negativamente, com a primeira intervenção geral de uma unidade da federação no Brasil. Então, todos esses problemas estão sendo equacionados, no entanto, deputada Yonny, sabemos que “só quem sabe onde o sapato aperta é quem o calça”. Então, quando vemos, deputado Eder Lourinho, uma família fazendo feijoada, um bingó, vindo atrás de um parlamentar para que possamos ajudar em uma cirurgia ortopédica, em uma cirurgia de vesícula, em uma histerectomia, pois, hoje, qualquer tipo de cirurgia não sai barato. O Estado de Roraima, através da Sesau, colocando essas cirurgias à disposição das pessoas, e hoje, temos um acumulado de cerca de dez mil cirurgias, no geral. Então, isso aí irá fazer com que, realmente, as pessoas tenham a certeza de que esses parlamentares da 8ª legislatura estão trabalhando para que Roraima possa ter uma saúde pública de qualidade, que é o que todos nós queremos. O doutor Leocádio está de parabéns pelo trabalho que tem desenvolvido

junto com a sua equipe.

Claro, também, faço questão de, mais uma vez, mencionar o nome do governador Antonio Denarium, pela dedicação, pela busca da excelência na saúde pública e também dos deputados que estavam lá... Chegou à deputada Aurelina, depois o deputado Renato e o secretário Leocádio, disse que os deputados estão indo buscar as informações, cobrar o retorno das cirurgias eletivas, os medicamentos, então toda a problemática do Estado em relação à saúde está sendo cobrada. Eu fico feliz porque os deputados estão cumprindo com o seu papel. Eu acredito que, aqui, Evangelista, na Tribuna, é um dos canais para nós darmos esse *feedback* para as pessoas que estão precisando, que estão naquela expectativa, naquela ansiedade, de ter uma cirurgia eletiva realizada. Para nós isso é um motivo de alegria.

E quero dizer, deputada Yonny, que trabalhar todo dia é uma obrigação nossa e, por outro lado, nós vemos esses parlamentares imbuídos de resolver essas demandas, só nos alegra e nos estimula a estar aqui fazendo, cada vez mais, o nosso melhor, para que possamos ter esses problemas resolvidos. E como eu falei no início, quando iniciei a fala, homenageando os servidores que fazem a limpeza da Assembleia, os garçons, esse pessoal e os terceirizados: olha, gente, meu muito obrigado. Acho que é a primeira vez que agradeço vocês aqui da Tribuna. Nós passamos toda hora pelos corredores e somos tão bem atendidos e servidos por vocês. Hoje eu faço questão de parabenizá-los e dizer muito obrigado por todos esses serviços que vocês realizam, todos os dias, aqui, para os deputados. Nós sabemos que a nossa estadia aqui é passageira, mas é muito bom termos essas pessoas com responsabilidade e que nos atendem com tanto carinho e com tanta presteza. Então, fica aqui o meu abraço e o meu reconhecimento a todos vocês. E aos demais, um bom-dia! Obrigado!

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Obrigado, deputado Nilton, pelo uso da Tribuna. Gostaria de registrar a presença do deputado Jorge Everton, que está *on-line*. Passo a palavra ao deputado Coronel Chagas, com o tempo de até 20 minutos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, caros colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, e também todos que estão nos assistindo, através do sinal da TV Assembleia, o nosso bom-dia. Senhor presidente, o que nos traz à Tribuna, hoje, é apenas para trazer uma informação a respeito da fronteira do Estado de Roraima com a Guiana, República Cooperativista da Guiana, mais precisamente, no município de Bonfim com o município de Lethem. É de conhecimento de todos que, em razão da pandemia, a fronteira está fechada e, particularmente, no município de Bonfim, houve, evidentemente, um prejuízo muito grande. Embora o município tenha vocação principal para a produção de grãos, também tem uma forte ligação, economicamente, com Lethem, porque a Área de Livre Comércio, do outro lado, atraía, semanalmente, dezenas de ônibus e centenas de veículos lotados de passageiros para fazer o turismo de compra na cidade de Lethem. E isso, essa movimentação de milhares de pessoas por semana movimentava a economia, não só de Lethem, mas também de Bonfim. Primeiro, porque muitos dos funcionários das empresas do comércio de Lethem são brasileiros ou eram brasileiros de Bonfim, que, diariamente, atravessavam a ponte para trabalhar e trazer o sustento para a sua família. Além disso, essas pessoas que iam, semanalmente, fazer as compras em Lethem, eles também adquiriam produtos e serviços em Bonfim, quer seja em artesanatos, restaurantes, hotéis e as pousadas daquele Município. Com o fechamento da fronteira, essa parte que movimentava a economia de Bonfim parou.

Hoje, venho à Tribuna, para dizer que houve uma iniciativa do prefeito Joner Chagas, dos vereadores, lideranças políticas, o ex-prefeito Roner e empresários de Bonfim, que realizaram uma reunião, nessa última terça-feira, no município de Bonfim, para discutir a reabertura da fronteira entre os dois países, com intuito de apresentar alternativas para reativar a economia fronterística, com a abertura gradual, adotando medidas sanitárias. Naquela reunião, o prefeito Joner Chagas propôs que a fronteira seja aberta três dias por semana e que a cada trinta dias a passagem fique livre, um dia a mais, até que, ao final do ano, a ligação entre os dois países esteja totalmente livre. O prefeito Joner Chagas observou que a questão econômica é um problema grave, que afeta as duas cidades de fronteira nessa pandemia, sendo necessária a construção de um plano de reabertura seguro e inteligente. Participaram dessa reunião, como falei, além das autoridades brasileiras da fronteira, o prefeito Jhon Macedo, que é do município de Lethem, entre outras lideranças empresariais. É importante dizer que, apesar da pandemia, aqui, na capital, o comércio continuou funcionando, com algumas pequenas restrições, à noite, principalmente, mas, durante o dia, o nosso comércio continuou funcionando, gerando emprego e gerando renda para a nossa gente na capital. Já na fronteira, em Bonfim, isso não acontece, o comércio do outro lado, que levava milhares de pessoas, como falei, para adquirirem produtos e serviços em Lethem

e Bonfim, parou. E nesse momento em que a vacinação avança em nosso País, avança em nosso Estado, já é possível fazer isso. Aos guianenses, já é permitido ingressar no Brasil, somente não está sendo permitido é os brasileiros irem para Lethem. Então, essa reunião que aconteceu em Bonfim foi no sentido de mostrar às autoridades da Guiana, que há, sim, uma segurança sanitária, aqui, no nosso Estado e que é possível essa reabertura.

O Bonfim, por exemplo, deputada Aurelina Medeiros e deputado Evangelista Siqueira, já vacinou 99% da população adulta com a primeira dose. Acredito que deve ser o município com maior alcance percentual. Com a segunda dose, já vacinou 38% da população adulta. Então, o município tem pouquíssimos casos de Covid-19 sendo registrados, semanalmente e mensalmente, e, também, baixíssimos índices de mortalidade. Então, as condições sanitárias são possíveis e que permitem avançar para essa abertura gradual...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Querida, também, senhor deputado, me somar ao seu discurso e dizer da necessidade de abrir a fronteira para o comércio, também do Bonfim e à margem da estrada. Há três semanas estive em Bonfim, no dia de sábado, e nós vimos que a cidade, a estrada está deserta. As pessoas não estão indo, não estão movimentando. Tinha aquele açai, na beira de estrada, no Tucano, no KM 100, na rotatória, todos sem clientes. Então, são famílias, são comerciantes, que precisam sobreviver, precisam de movimentação. Por isso, quero me somar ao seu discurso e pedir que os dois países revejam essa situação para ampliar. Se abrir para três dias, vamos abrir para uma semana. Eu acredito que o povo do mundo, o povo do Brasil e o povo da Guiana, também, já está usando, digamos assim, as defesas sanitárias. Elas já estão aceitáveis para que a gente possa estar se misturando. Não é diferente nós irmos à Guiana, pois vamos aos supermercados desses, aqui de Boa Vista, e vemos esses supermercados e atacadões daqui, como diz o cidadão, entulhados de gente, sem distanciamento e sem nada. E ali na Guiana... e essas feiras não são diferentes... na Feira do Produtor, Feira do Garimpeiro. Esse é mais um cuidado de higiene pessoal. Acredito que cada um cuide do modo que deve se cuidar. Quero me somar ao seu discurso, quero pedir que esse comércio volte a funcionar, pois é importante para o Bonfim, também, que é um município do Estado de Roraima, onde tem mais de dez, quinze mil pessoas, que precisam viver melhor. E, por isso, quero me juntar a Vossa Excelência para que aconteça no mais rápido espaço de tempo. Obrigado e bom dia!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. – Obrigado, deputado Gabriel Picanço, por sua contribuição, por seu aparte, que peço que faça parte, também, do nosso pronunciamento. É justamente isso que o senhor falou, o objetivo é promover uma abertura gradual e segura. É evidente que deve exigir a carteira de vacina àqueles que forem ingressar na Guiana, da mesma forma que se exige quando eles já estão entrando. Eles já têm autorização, o povo guianense, para ingressar no Brasil, e que haja essa reciprocidade por parte da Guiana em relação aos brasileiros, porque vai movimentar a economia naquela cidade vizinha. Como falei, a cobertura de vacinação de Bonfim e em Boa Vista avança a passos largos e vai ser saudável para todos, principalmente para aqueles que vivem do comércio de fronteira. Enfim, quero parabenizar o prefeito Joner Chagas por essa iniciativa, juntamente com todos os vereadores que participaram dessa reunião. Parabenizar o prefeito de Lethem, também, por ter participado dessa reunião. Que juntos construam o melhor caminho para a reativação da economia naquela fronteira. Parabenizar o presidente da Câmara, Domingos Costa, o vereador Gil Veras, Ítalo Bezerra, Muriel Evangelista, Nelyerton Andrade, que participaram, juntamente com o prefeito, dessa reunião; o ex-prefeito de Bonfim Roner Lima e todos os moradores de Bonfim e Lethem, que se deram às mãos para organizar essa reunião e discutir a melhor forma de reabrir a fronteira, para gerar emprego, gerar renda, e, principalmente, fortalecer os laços de amizade que unem os dois povos: nós brasileiros, aqui, de Roraima, de Bonfim, e os guianenses da região de Lethem. Muito obrigado a todos e bom dia!

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Obrigado, deputado Coronel Chagas, pelo uso da Tribuna. A palavra agora está com o senhor deputado Renan, por até vinte minutos.

O Senhor Deputado **Renan** – Bom dia a todos! Queria agradecer a presença de todos, aqui, no Plenário, aos que estão nos ouvindo pela TV Assembleia e Rádio Assembleia. Saúde todos os meus pares, em nome do presidente Eder Lourinho. O assunto que venho falar hoje, aqui, nesta Tribuna é um assunto um pouco complicado, dentro do nosso Estado. Claro, que a gente sempre acredita na mudança e esta Casa Legislativa está aqui para isso, para levar uma resposta à sociedade. E agradeço a Deus por estar desempenhando esse papel aqui, na Assembleia, e ter colegas tão comprometidos com o desenvolvimento e com a recuperação do nosso Estado. Ontem, deputada Yonny Pedrosa, eram dez horas e quarenta

minutos... eu já tinha recebido essa demanda da Maternidade e não resolvia, e acabei indo lá. Cheguei à nova Maternidade, ela está funcionando onde era o antigo Hospital de Campanha. Cheguei lá, e tinha uma paciente que tinha perdido o filho, e ela já estava com o feto, no caso, já tinha dois dias, e ela estava no atendimento, desde às dez da manhã e ainda não tinha sido atendida, não tinha sido medicada, até às dez da noite. Conversei, cheguei e vi que a estrutura está muito boa, mas o que está faltando, hoje, ainda, são médicos para a demanda que, hoje, nós temos. Só ontem, 18 partos foram feitos e metade foram de imigrantes, metade, sem um centavo do Governo Federal. E essa conta quem paga é o Governo do Estado, sempre. Nosso presidente, dia 29, vai estar aqui. Apoiamos o presidente Bolsonaro, mas é uma conta que não fecha para o Estado de Roraima, não fecha, porque faltam médicos, medicamentos, os colchões que estão lá, têm que ser trocados, pois estão rasgados. E aqueles colchões que estão rasgados, quando tem sangue, ele infiltra e não tem como ser utilizado. Foi relatado até que eles não são para uso, eles só são virados. E muitas vezes nós colocamos a culpa, a sociedade... isso é normal, colocar a culpa no Governo do Estado, ou no secretário de Saúde. Eu estive com o secretário de Saúde, ontem, até parabenizo a gestão que o secretário está fazendo; parabenizo o governador, também. Acho que quando não está dando certo tem que trocar mesmo, mas o secretário está fazendo um bom trabalho. Às vezes, temos funcionários lá dentro, na ponta, que lhes faltam humanização. Eu mesmo, quando cheguei para conversar, deputado, com uma residente, que estava lá, eu não fui bem tratado por ela. Se um parlamentar não é bem tratado por uma residente, imagina quem está lá na ponta. A gente foi, conversou, falei, anotei as demandas para levarmos, hoje, à Secretaria. Quando eu sai, que eu fui dormir, pois cheguei meia noite em casa, e quando eu fui dormir, eu recebi a notícia da paciente, deputada Catarina, dizendo que quando ela começou a sentir dor, a residente foi lá e falou: “chama o deputado para fazer o toque em você, ele é quem tem que vir aqui. Ele não estava aqui? Então, chama o deputado aqui e peça para ele vir fazer o toque em você”. Isso foi dito por uma residente. Então, isso não é culpa do governo, não é culpa do secretário. Há o bom e o mau profissional que está lá, para atrapalhar a saúde pública do nosso Estado, então, nós temos... Eu falei hoje com o secretário adjunto Douglas e vou passar essa demanda para o presidente da comissão, Neto Loureiro, para nosso líder do governo, Coronel Chagas, para tomarmos providências e passar a ter mais humanização ali dentro da Maternidade, Coronel.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Yonny Pedrosa**. – Já faz algum tempo, que acredito que vários parlamentares vêm fazendo essa cobrança, com relação à melhoria da qualidade da saúde do nosso Estado. E a Maternidade, infelizmente, hoje, além da falta de humanização, por parte, também, da sobrecarga de trabalho, pela falta de materiais, também, precisamos ver essa questão dos profissionais pois, hoje, esses profissionais estão com depressão, estão com ansiedade, estão adoecidos, justamente, por essa potencialização de diversas situações que aconteceram, principalmente por causa da Covid. Estamos aí, com a questão das progressões, também, que é uma demanda da categoria. O Governo do Estado fez o pagamento de outras secretárias, e não está inclusa a saúde. Então, realmente, precisamos valorizar também esses profissionais. Eles é que estão, diariamente, na labuta; são eles que estão à frente de toda essa problemática da saúde que nós estamos vivendo. Precisamos de medicamentos, precisamos de mais médicos, precisamos dessa questão, desse olhar, realmente. Coloco toda essa situação, não só como Vossa Excelência mencionou, ao Governo do Estado, porque, hoje, o Governo Federal, infelizmente, coloca grande parte de recursos na Acolhida. Mas, também, fico pensando: ah, se não fosse a Acolhida, hoje, no nosso Estado, como não estaria a baderna social? Muito pior! Então, há um contrassenso, realmente, de ideias, de posicionamentos, mas o Governo do Estado também é do lado do Governo Federal, e o que questionamos: o que está acontecendo que esses recursos não chegam? Então, é importante, também, falarmos dessa dificuldade que a gente vem passando diante dessa pandemia, que estamos há dois anos e, realmente, também valorizar e ter esse olhar para esses profissionais que estão lá, todos os dias, nesse enfrentamento, não só das doenças, mas na falta diária de material. Muito obrigada!

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Muito obrigado, deputada Yonny. Eu queria deixar claro que eu parabenizo os médicos, não só do HGR, da Maternidade, mas de todos os hospitais do nosso Estado. Eles vêm fazendo um trabalho grandioso, até como Vossa Excelência falou, agora, sacrificando o seu lado psicológico, seu lado mental. Conversando com alguns médicos, ontem, eles estavam falando que estavam sobrecarregados. Eles estão trabalhando com metade dos funcionários necessários para o funcionamento daquela maternidade. No entanto, também temos pessoas que não têm um pingo de humanidade, como é o exemplo dessa médica, entendeu? E eu dou um recado para ela, aqui: “doutora, a senhora falou que eu tinha que ir lá fazer o toque, tinha

que cuidar. Eu não vou lá fazer porque eu não sou formado em Medicina, porque se eu fosse e soubesse eu iria fazer. Mas, hoje, eu tenho o dom da palavra, aqui, para cobrar de Vossa Senhoria que você respeite o papel do parlamentar, e, antes de tudo, que você respeite a paciente que está lá". A maternidade é um lugar para a pessoa trazer a vida, e não para estar passando aquela humilhação que aquela senhora e a maioria das mulheres que estão hoje lá, estão passando. Está tendo leito lá, na Maternidade, que é cadeira. A mãe está lá, ela acabou de ter seu filho e ela está em uma cadeira lá, dentro, como se fosse um leito, e não é leito! Aquilo é uma cadeira que era para estar sendo usada por uma acompanhante. E sempre quando se fala em Maternidade, a culpa cai sobre o Governo do Estado, sobre o secretário, e não é assim. O Governo Federal tem a responsabilidade dele. Ela me passou a documentação de quantos partos são feitos. Ontem, metade dos partos que foram feitos na Maternidade foram de imigrantes, deputada! Então, a operação Acolhida, claro, é importante, mas é importante que o Governo Federal olhe, também, para o Estado e comece a ajudar de forma precisa. A forma precisa é através de mais médicos, mais medicamentos, porque quem está pagando essa conta todinha aqui é o Governo do Estado e não é justo para um estado como o nosso, pequeno, levar a demanda de um país.

Então fica aqui a minha nota de repúdio, aliás, aqui ficam os meus parabéns a todos os médicos, todos os profissionais, que estão, hoje, na Maternidade. E a minha nota de repúdio a essa médica. Não posso nem dizer se é médica, porque, apesar da profissão, o que está faltando é uma humanização é uma falta de decência da parte dela, porque ninguém está ali, pedindo favor, não. A paciente chega lá para ser bem tratada, para ser bem cuidada. Se você está estressada, se você não está apta a trabalhar, então, aquele local não é para você estar prestando serviço. Então, fica aqui a minha insatisfação.

Mudando de assunto, eu queria parabenizar o Governo do Estado pela obra do nosso Estádio Canarinho, que foi inaugurado, já na gestão do governador, e já está tendo efeitos positivos, deputado Gabriel. Estamos com o time do São Raimundo, agora, domingo, que vai jogar no mata-mata. Se ganhar mais um jogo vai para a Série "C" do campeonato. São investimentos que já estão dando resultados. Então, o esporte é algo que precisava de investimento e estamos tendo um investimento maciço, agora, no esporte e estamos tendo resultado. Tivemos um ótimo campeonato roraimense. Tivemos o GAS e o São Raimundo, que representaram bem o nosso campeonato na série D, e ficamos muito felizes em estar contribuindo com o nosso esporte, não só eu, gente, mas todos os parlamentares, aqui, que fazem parte desta Casa.

Então, deputada Yonny, deputada Aurelina, deputada Betânia, deputada Tayla, deputada Lenir, deputada Catarina, que a gente, voltando, possamos olhar com peso mais forte a questão da nossa Maternidade, para que possamos trazer, e todos os deputados homens, também, que possamos dar àquelas pacientes, que estão ali, para receber, para ganhar o seu neném, uma atenção especial e com mais humanidade. Muito obrigado e tenham um bom-dia!

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Obrigado, deputado Renan, pelo uso da Tribuna. Seguimos para a Ordem do Dia (Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Projeto de Lei n. 163/2019**, que "institui e inclui no Calendário Oficial do Estado de Roraima o Dia de Oração pelas Autoridades da Nação e dá outras providências", de autoria da deputada Aurelina Medeiros; **Projeto de Lei n. 191/2019**, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de telefone e endereço do Procon nas notas fiscais de venda ao consumidor emitida pelos estabelecimentos comerciais do Estado", de autoria da deputada Tayla Peres; **Projeto de Lei n. 134/2020**, que "institui no Calendário Oficial do Estado de Roraima a Semana Estadual de Conscientização e Combate aos Relacionamentos Abusivos", de autoria da deputada Betânia Almeida).

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 163/2019, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 163/2019).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", os deputados rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 163/2019.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 191/2019, de autoria da deputada Tayla Peres.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – (Lido o

Parecer ao Projeto de Lei n. 191/2019).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", os deputados rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 191/2019.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 134/2020, de autoria da deputada Betânia Almeida.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – (Lido Parecer ao Projeto de Lei n. 134/2020).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a matéria. Para discutir, a deputada Betânia Almeida.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – O Projeto de Lei n. 134/2020 é mais uma contribuição para as políticas públicas de proteção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado de Roraima. Tem como objetivo incluir no calendário oficial a Semana Estadual de Conscientização e Combate aos Relacionamentos Abusivos. Sabemos que isso é um problema de todos nós. Temos convivido com esse aumento absurdo de violências domésticas, principalmente no período pandêmico. As ações desse projeto poderão ocorrer por meios informativos, educativos, palestras educativas, audiências públicas, conferências e produção de material para internet e mídias sociais. Enfim, peço a aprovação, o voto "sim" dos nobres parlamentares. É isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Para discutir, a deputada Yonny Pedroso.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Eu gostaria de parabenizar à deputada Betânia, pela iniciativa, que também é uma engajadora da causa da violência doméstica. E isso é mais um instrumento, deputada, de ações voltadas à conscientização de toda a população que diga "não" à violência doméstica. Obrigada!

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo mais quem queira discutir o projeto, coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", os deputados rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, declaro aprovado o Projeto de Lei n. 134/2020.

Solicito à senhora primeira-secretária que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 191/2020, de autoria do deputado Neto Loureiro.

A Senhora Primeira-Secretária **Yonny Pedroso** – (Lido Parecer ao Projeto de Lei n. 191/2020).

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** pede Questão de Ordem. - Quero tirar uma dúvida com a Superintendência Legislativa: aqui, no parecer aponta pela constitucionalidade e no parecer da relatora consta pela inconstitucionalidade. Queria saber, definir o que foi feito, se o parecer é ou não pela constitucionalidade. Se for pela inconstitucionalidade, gostaria de retirar a matéria de pauta.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Vamos atender ao requerimento do deputado Neto Loureiro e retirar o projeto de pauta.

Encerrada a Ordem do Dia. Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor presidente, gostaria de, neste momento, fazer um registro. Na noite de ontem, faleceu uma grande pessoa da cultura popular do nosso Estado, nosso querido José Lima dos Santos, o Zé da Viola. Era residente à vicinal VI, em Rorainópolis. Zé da Viola, como bem conhecido, Mestre Zé da Viola, era aquele homem acolhedor, de figura simples, mas que estava disponível a quem o visitava na vicinal. Ele, juntamente com a família, fazia, há anos, uma festa muito famosa na região sul do Estado, que é a Festa dos Santos Reis, acontecida todo mês de janeiro, e na noite de ontem faleceu. Mestre Zé da Viola recebeu desta Casa o título de Orgulho de Roraima no dia 23 de agosto de 2017, através de uma indicação de minha autoria, de um projeto de decreto legislativo. Quero me somar a todos os que lamentam a perda do nosso querido Zé da Viola, Mestre Zé. De um modo particular, à querida Eunice, sua esposa, e aos demais familiares, que perderam esse ente querido, essa pessoa tão disponível e um grande homem da cultura. Ficam aqui os nossos sentimentos. Protocolamos, também, uma moção de pesar, sobre a qual peço celeridade para que seja aprovada, para que fique registrado nesta Casa o reconhecimento pela entrega da comenda Orgulho de Roraima pelos préstimos que ele fez à cultura popular deste

Estado, como também o pesar desta Casa pelo seu falecimento. Era isso, presidente.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol**- Quero aproveitar para convidar a Comissão de Segurança Pública: deputados Chagas, Renan, Tayla Peres e Neto Loureiro, para nos reunirmos, após o encerramento desta Sessão.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente, só para informar, também, que teremos reunião administrativa da CPI da Saúde, logo após o encerramento da Sessão Plenária.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, demais pares, eu também me somo à fala do deputado Evangelista Siqueira e apresento também os meus sentimentos com a pessoa do Mestre, Zé da Viola, de Rorainópolis. Uma tradição muito bonita que ele fazia todo ano. Estive lá vários anos. Quero me solidarizar com os amigos, com a dona Eunice, a viúva. Toda cultura de Roraima chora, hoje, a perda do Zé da Viola.

Quero, também, senhor presidente, convocar os membros da Comissão de Políticas Indigenistas para amanhã, às 9h, onde teremos audiência pública com as organizações sociais indígenas do Estado e convidar os demais pares a se fazerem presentes amanhã, às 9h, pontualmente, horário de professora. Então, estaremos aqui às 9h para realizar essa audiência pública. É muito importante que nós tenhamos conhecimento das demandas e que a gente possa estar respeitando uma forma de consulta pública para as organizações sociais, uma consulta prévia do que eles precisam, para que, na medida do possível, estarmos colocando também na peça orçamentária que, brevemente, apreciaremos, aqui, nesta Casa. Era isso, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Renan Filho** - Ontem a gente tinha uma agenda marcada com o nosso governador, na realidade, era hoje, para tratar da posse dos aprovados da Polícia Penal, mas o governador teve que ir a Brasília. Então, foi remarcada para às 18h de segunda-feira, para que a gente possa ter informações, junto com o secretário, para que ele passe a data de quando será a posse dos formados da primeira turma da Polícia Penal.

Quero parabenizar o deputado Evangelista Siqueira pela reunião que Vossa Excelência fez com o presidente da Casa a respeito dos policiais militares da primeira e segunda turma. Parabéns, deputado Evangelista. Isso é uma soma de esforços de todos os deputados, que estão engajados na reconstrução da nossa segurança pública. O deputado Chagas, além de coronel, é também um grande defensor da Polícia Militar de Roraima, investe também na educação e é um dos criadores do projeto das escolas militarizadas. Então, é um deputado de alto calibre, pode-se dizer assim, assim como nossa deputada, professora querida, defensora, também, deputada Lenir. A gente sabe da importância, né, deputada? A senhora, que é defensora, também, de uma segurança pública de qualidade. A gente não está aqui, para fazer política, pelo contrário, a gente está aqui, para fazer justiça com aqueles que se sentaram em um banco, estudaram e, claro, dentro da responsabilidade. É claro que a primeira turma vai ser chamada, assim como a segunda turma, e logo vão servir, tanto à nossa polícia ostensiva, que é a Polícia Militar, como também a nossa Polícia Penal, que vai tomar conta do nosso Sistema Prisional. Era isso, senhor presidente.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Bom dia a todos. Estou passando, aqui, para parabenizar todos os clientes do nosso Estado. Hoje é comemorado o Dia do Cliente. São os clientes que vêm ajudando todas essas empresas que vivem no nosso Estado, que geram empregos. Então, eu não poderia deixar de parabenizar e incentivar que os clientes, cada vez mais, possam consumir no nosso Estado. Não poderia deixar passar em branco.

Quero agradecer todos os meus pares pela aprovação do meu projeto, que já é uma obrigatoriedade, mas, com esse projeto, vai reforçar, ainda mais, para que todas as empresas mencionem, no rodapé da nota, o número e endereço do Procon. Quero dizer a todos que o Procon Assembleia está funcionando para todos os consumidores do Estado que precisarem, é só procurar o Procon Assembleia. Era somente isso, presidente.

A Senhora deputada **Catarina Guerra** – Gostaria de agradecer, em público, à Superintendência de Comunicação desta Casa, que tem se empenhando em uma campanha, realizada pela Rádio e TV Assembleia, uma campanha do nosso Setembro Amarelo. Esta semana teremos uma live participativa do nosso deputado Evangelista Siqueira. A gente tem visto a participação da Assembleia, como um todo, dando importância ao Setembro Amarelo e gostaria de deixar, aqui, registrado o meu carinho e atenção, tanto para a Presidência desta Casa e, em especial, para a Superintendência de Comunicação, superintendência voltada para a saúde dos nossos servidores. A gente segue o mês de muita programação e valorização da vida. Obrigada!

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Nesta semana, o Governo e a Secretaria de Educação anunciaram que as aulas estaduais voltarão a ser presenciais. Devido à pandemia e à situação que o nosso Estado vive, hoje, eu fiz uma indicação e vou justificar essa indicação, que cria o programa auxílio uniforme, para atender aos alunos da rede estadual de ensino à volta das aulas presenciais. Justificativa: a maioria dos alunos da rede estadual de ensino público de Roraima é de família de baixa renda e não dispõe de condições financeiras para comprar o fardamento escolar, principalmente os pais com mais de um filho na escola. Essa situação cria problemas para o acesso do aluno à escola, caso não esteja uniformizado. O uniforme tem, historicamente, uma função importantíssima, além de representar, independente da classe social, que os estudantes precisam estar no mesmo patamar: ninguém é melhor do que ninguém na sala de aula e todo mundo merece ensino de qualidade e oportunidade de se dedicarem sem outras preocupações como: que roupa vestir ou deixar de vestir. Entendemos, também, para fazer cumprir o objetivo do estado brasileiro, de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação. Os gestores públicos devem proporcionar acesso melhor possível a todos, evitando práticas que reforce ou restaure desigualdade às suas esferas de atuação. Está aí, a necessidade do auxílio do uniforme escolar, o que dará mais autonomia para as famílias adquirirem o material dos seus filhos.

Essa foi a indicação que fiz ao Governo do Estado. Gostaria que o governador atendesse. Muitos pais de famílias não têm condições de comprar uniformes e, muitas vezes, a professora, a escola exige e estamos passando momentos muito difíceis.

E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e três minutos, dou por encerrada a presente Sessão, e convido os senhores deputados para a próxima Sessão, no dia 21, à hora regimental.

Participaram da Sessão as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 84ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sob a presidência do senhor deputado Coronel Chagas, deu-se a octogésima quarta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos da Resolução n. 041/19 e alterada pela Resolução n. 044/19, nos termos da Resolução n. 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Boa tarde, senhor deputado Jorge Everton relator desta CPI, deputado Renato Silva, servidores desta Casa que assessoram os trabalhos da CPI da Saúde e também a todos os que nos acompanham pelo sinal da TV Assembleia. Daremos início a mais uma reunião da CPI da Saúde, a octogésima quarta reunião, desde a sua instalação, e, para isso, solicito à secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor Presidente, apenas para reunião administrativa, sem deliberação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, apenas para reunião administrativa, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Solicito à secretária que proceda à leitura da ata da octogésima terceira reunião desta CPI.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Senhor Presidente, como é de conhecimento de todos, solicito à dispensa da leitura da ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acato o requerimento do deputado Jorge Everton pela dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e coloco-a em discussão. Não havendo quem deseje discuti-la, nós deixaremos a deliberação da ata para a próxima reunião, tendo em vista não termos quórum para a votação.

Nós passaremos, imediatamente, ao Expediente, informando que nele temos ofícios encaminhados pela Polícia Civil. Temos Ofício n. 042/2021/Polícia Civil/DG/DECOR/GAB, de 19 de outubro de 2021, ao Excelentíssimo senhor deputado Coronel Chagas, Presidente da CPI da Saúde. Assunto: Encaminhamento de relatório de análise, solicitado nos seguintes termos: Excelentíssimo senhor Presidente, em caráter sigiloso, reservado e em mãos, relatório técnico, apresentado pelo Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro -LAB-DL/DECOR, análise bancária, referente à Ordem de Missão n. 019/2019/DECOR, de 23.03.2021, em atenção à determinação dos integrantes da

Comissão, criada pela Resolução n. 041/2019/ALE/RR. Respeitosamente. Assinado, eletronicamente, pelo Dr. Cristiano Paes Camapum Guedes, delegado-especial de Polícia Civil, titular da DECOR. Temos também o Ofício n. 043/2021/Polícia Civil/DG/DECOR/GAB, de 26 de outubro de 2021, ao Excelentíssimo senhor deputado Coronel Chagas, Presidente da CPI da Saúde. Assunto: Encaminhamento de relatório de análise telefônica solicitado e autos. Nos termos: Excelentíssimo senhor Presidente, em caráter sigiloso, reservado e em mãos, relatório técnico, apresentado pelo Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro -LAB-DL/DECOR, análise telefônica, referente à Ordem de Missão n. 019/2019/DECOR, de 23.03.2021, em atenção à determinação dos integrantes da Comissão, criada pela Resolução n. 041/2019/ALE/RR, acompanhado de mídia DVD, com o referido relatório e o relatório de análises bancárias, já encaminhado, fisicamente, gravados, digitalmente. Na mesma oportunidade, faço a devolução dos autos da CPI da Saúde (Requerimento n. 037/2019), encaminhados para subsidiar as análises dos relatórios bancários e telefônicos, solicitados. Esses autos a que o delegado se refere, são os autos sigilosos, resultados dos documentos encaminhados pela quebra de sigilo bancário e telefônico: volume 01 (folhas 101 a 284); volume 02 (folhas 285 a 691); volume 03 (folhas 692 a 922); volume 04 (folhas 923 a 984 – nova juntada de documento) e folha sem numeração com novo termo de encerramento do volume 04. Respeitosamente. Assinado, eletronicamente pelo Dr. Cristiano Paes Camapum Guedes, delegado-especial de Polícia Civil, titular da DECOR.

São os documentos que nós temos no Expediente, senhores deputados. Nós passamos, agora, à Ordem do Dia. Na Ordem do Dia o que nós temos previsto para esta reunião administrativa, é para, justamente, comunicar a entrada dos documentos, que foram lidos no expediente. Como todos sabem, esta CPI aprovou a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal de dez pessoas, físicas e jurídicas. Essa documentação, após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Assembleia Legislativa e a Polícia Civil, essa documentação, esses quatro volumes que eu acabei de elencar, eles foram encaminhados à Polícia Civil, que designou uma equipe para fazer a análise técnica dessa documentação. E, no dia de hoje, nós recebemos a análise, o relatório, elaborado por essa equipe, bem como a devolução dos autos sigilosos.

Os documentos ainda estão lacrados, como os senhores podem observar. Este aqui, é dos autos referentes ao relatório dos autos do sigilo telefônico e este outro aqui, é referente ao sigilo bancário. Então, da mesma forma que esta presidência recebeu, com todas as cautelas recomendadas pela Polícia Civil e também, por esta presidência e secretária da CPI, nós estamos, hoje, encaminhando e passando às mãos do senhor delegado, deputado Jorge Everton, relator desta CPI, para que possa analisar o relatório e verificar a necessidade, após a análise desse relatório, de mais alguma diligência, de mais alguma oitiva, ou não, para elucidação ou esclarecimento de alguns dos contratos sob a investigação desta CPI.

Nós vamos solicitar ao deputado Jorge Everton, para que ele faça essa análise e nos informem, a esta CPI, no prazo de uma semana, se haverá necessidade da realização de mais alguma diligência, oitiva de alguma pessoa, e o que deverá ser feito, então, na próxima reunião desta CPI. Não havendo, eventualmente, segundo à convicção do relator ou de algum outro deputado, a necessidade de alguma outra diligência, nós, então, na próxima reunião, definiremos um prazo para a elaboração e conclusão do relatório da CPI da Saúde.

Então, faço a entrega, neste momento, dos documentos ao deputado Jorge Everton.

Boa tarde, Deputado Nilton, por favor sente-se à minha direita, já demos início a reunião, reunião administrativa, apenas para comunicar aos senhores deputados que os relatórios dos autos referentes à quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário foram concluídos e entregues pela Polícia Civil nesta data. Voltando à reunião. Deputado Nilton, vice-presidente, agradecemos a sua presença. Nós acabamos de entregar ao deputado Jorge Everton, relator, a análise bancária e telefônica, resultante da quebra dos sigilos, aprovados por esta CPI e que, apesar de questionado por algumas empresas, foi declarado constitucional pelo STF em decisão naquela corte superior. Falávamos, agora a pouco, também, que o deputado Jorge Everton terá o prazo de uma semana para análise da documentação e para verificar se há necessidade da oitiva de mais alguma pessoa, e, não havendo essa necessidade, será na próxima reunião da CPI, definido o prazo para que ele possa concluir seu relatório e apresentar a esta CPI.

Passo a palavra ao deputado Jorge Everton, relator, e também aos demais deputados, caso queiram fazer alguma manifestação.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o presidente Coronel Chagas, vice-Presidente Nilton Sindpol, deputado Renato, todos que compõem esta CPI, que nos ajudaram e nos ajudam todos os dias nesse trabalho. Cumprimentar e agradecer a

presença do vereador Marcinho, de Rorainópolis, que está visitando a Assembleia e se faz presente, aqui e todos que nos acompanham na TV Assembleia.

Presidente, nós chegamos a quase nove mil páginas de investigação. Trabalho árduo que, no meio do caminho, encontrou uma pandemia e nessa pandemia, alguns adoeeceram, trabalhando, inclusive na CPI. Hoje, pela manhã, eu estava falando da importância de valorizar os deputados que estão à frente dos trabalhos e citei esta CPI, porque são páginas e páginas de processos. No decorrer da CPI nós tivemos diversas ações, diversas diligências, ao ponto de evitarmos o desvio de mais de oitenta milhões dos cofres públicos. Isso resultou em indiciamentos pela Polícia Federal, porque nós agimos de forma preventiva. E, sobre o seu comando, nós encaminhamos os autos à Polícia Federal com todas as provas documentais que encontrávamos no meio do caminho. Busca e apreensão, que foi feita pela Polícia Federal, ela tem a chancela da CPI, ela tem documento da CPI, ela tem ofício da CPI, e isso prova que o nosso trabalho, sim, já apresentou resultado, não é que ele vai apresentar. O nosso relatório vai ser apenas a constatação de todo esse trabalho, mas, se nós não tivéssemos agido de forma preventiva, talvez tivessem desviado dinheiro público. Talvez estivesse pior a situação da saúde pública. E graças ao trabalho desta CPI.

Então, eu quero, inicialmente, agradecer a cada membro, parabenizar a cada servidor que esteve ao nosso lado, tirando fotocópia, xérox, correndo em diligências, buscando documentos, apreendendo provas, não se intimidando, e esse foi o papel, até agora, que a CPI desenvolveu. Pela primeira vez na história da Assembleia Legislativa, uma CPI conseguiu, efetivamente, decretar quebra de sigilo telefônico e bancário de pessoas investigadas. Nunca tinha acontecido isso, Presidente. Nós decretamos, nós não pedimos à justiça, nós decretamos de forma fundamentada, foi aprovada por esta comissão e o resultado do trabalho está aqui. Estávamos de forma ansiosa, aguardando esse resultado. Eu quero fazer um pedido a Vossa Excelência, porque o trabalho que foi desenvolvido, aqui, pela Polícia Civil merece aplauso, merece o nosso respeito e acima de tudo, merece a nossa atenção, nesse momento de preparação do orçamento do estado, para destinar recursos para que eles possam fazer, cada vez mais, eficiente esse trabalho.

Então, eu peço, presidente, que sensibilize o nosso governador para que ele aceite as nossas indicações de emenda para contemplar, até mesmo para quando esta Casa precisar, ter uma ação mais eficiente, mais rápida. E eu só tenho a parabenizar e agradecer a Polícia Civil, em especial ao Departamento de Inteligência da Polícia Civil, que se debruçou nesses autos. Eu recebo, agora, me comprometo a, rapidamente, analisar a documentação que me foi encaminhada. Na próxima semana, já passarei as informações colhidas, de forma confidencial. Lembrando que os autos confidenciais, eles têm que ser apartados, eles não podem...nós temos 21 volumes e mais quatro volumes sigilosos, que não podem ser divulgados. Só pode ter acesso quem vai ter essa tomada de decisão, sobre risco e sob pena de cometer essa quebra de sigilo, que está sendo enviado da forma que está sendo enviado. Então, eu me comprometo, o relatório está praticamente pronto, nós estávamos aguardando somente essas informações para concluir o relatório. Temos vários denunciados na justiça federal e na justiça estadual, em virtude desse trabalho que nós fizemos, aqui, ao longo desses anos. Até agora, ainda não concluímos, mas eu já me sinto como o sentimento de dever cumprido, de dever realizado. Agradeço a paciência de todos, e, acima de tudo, vamos para os finais, apresentar os indiciados, juntar todas as provas, e a apreciação desta comissão e, posteriormente, ao plenário. Muito obrigado pela confiança e na próxima semana já estarei pronto para passar uma prévia para os senhores.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado, deputado Jorge Everton. Fez um resumo rápido, sintético dos trabalhos. Passo agora a palavra ao deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Obrigado, Presidente. Quero dar uma boa tarde a todos vocês. Falar ao deputado Jorge, ao vice-presidente Nilton, nosso Presidente Coronel Chagas, que nós não estamos no final, mas estamos na reta final desse trabalho. E fazendo uma reflexão de como tudo começou, eu lembro que protocolei nesta CPI, nos seis primeiros meses, o pedindo, com a assinatura de Vossa Excelência e dos demais deputados, nos seis primeiros meses do meu mandato. E quando eu recebi as denúncias, que na época foram daquela cooperativa, Coopebras, eu tive a ideia, a vontade e a inteligência, naquele momento, de entender que, sozinho, eu não iria conseguir chegar a lugar nenhum. Na verdade, como na vida, no parlamento não se faz nada sozinho. E eu procurei Vossas Excelências, solicitei assinaturas e apoio para nós abriremos esta CPI, todos vocês apoiaram. Muitos, muitos, principalmente a população, diziam que nunca iria acontecer uma CPI; que nós nunca iríamos abrir uma CPI da Saúde, porque tinha muitos empresários fortes, muitos políticos

envolvidos, e se falava de muitas coisas naquela época. Mas conseguimos aprovar a CPI, conseguimos abrir a CPI, e o principal objetivo, que é o que tem que ter na abertura da CPI: qual a sua motivação? E a nossa foram as denúncias da Coopebras, sobre um contrato que havia há mais de 15 anos no estado de Roraima. Um contrato de onze milhões e meio de reais que, no primeiro momento, nós conseguimos baixar, e foi para sete milhões e pouco. E depois, ocorreu o cancelamento desse contrato, onde acabou. Hoje, eu acredito que aquele era o maior desvio de dinheiro público na saúde do nosso Estado. E hoje, esse contrato está cancelado. Tenho certeza de que o nosso trabalho foi fundamental para isso, porque nós somos a instituição que teve coragem, que enfrentou, que foi atacada. Cada parlamentar, aqui, foi atacado de forma pessoal e no seu trabalho, mas nós fomos até o fim e conseguimos cancelar esse contrato, que era de onze milhões e meio de reais, por mês, da saúde pública. No mais, teve a entrada da Covid-19, da pandemia, onde chegaram mais denúncias na pandemia, de contratos, no qual fomos a primeira instituição, deputado Chagas, nós fomos a primeira instituição a fiscalizar aquelas denúncias daqueles contratos, como o deputado Jorge falou, que acarretaria em mais de oitenta milhões de reais de contratos fraudulentos na saúde pública. Os respiradores, que era um desses processos, nós conseguimos, junto com o Governo do Estado, todo recurso de volta para os R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), que foram pagos antecipados, pelos respiradores. E não mais, o Ministério Público Federal pediu indícios. Já saiu a primeira sentença dos envolvidos, o senhor Francisvaldo e o ex-secretário Monteiro, por esses processos. Então, quem não quiser ver o resultado feito nesta CPI, é quem realmente, não quer concordar e dar o braço a torcer, que foram políticos, deputados eleitos pelo povo de Roraima, que fizeram esse excelente trabalho. Então, parabéns ao Relator, parabéns ao Presidente, ao vice-presidente, deputado Nilton Sindpol, a nossa parceira, deputada Lenir Rodrigues, muito experiente, o senhor deputado Evangelista Siqueira, que não está aqui presente, e todos foram fundamentais, principalmente em dar apoio ao outro colega nesse trabalho de fiscalização. Agradecer a Polícia Civil, que foi uma instituição que atendeu as demandas da CPI e entregou esse trabalho excelente, que hoje, vai ajudar muito na finalização do relatório final do relator. Era isso que eu tinha para falar, obrigado a todos e que Deus abençoe a cada um de nós.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado, deputado Renato Silva, que foi o autor do requerimento para a abertura da CPI, juntamente com outros dezessete deputados. Realmente, foi onde se deu início a essa investigação, que analisou indícios de irregularidades em quarenta e quatro contratos. E como ele falou, esta CPI não aguardou concluir os trabalhos para encaminhar para outros poderes, a outros órgãos constituídos, órgãos de fiscalização, a documentação, que era requisitada, entre elas, os vinte e três contratos, referentes às compras para o combate à pandemia e outros contratos, também. O senhor pontuou muito bem, deputado Renato Silva, está de parabéns pela iniciativa, que resultou nessa investigação, longa, porque não era apenas um contrato, eram mais de quarenta contratos. São mais de nove mil páginas nos autos principais, mais de cinquenta volumes e documentos, nos autos, de cópias de contratos, que foram encaminhados a esta CPI. Realmente, demandou muito tempo, tudo isso em período de pandemia. Hoje, nós estamos realizando a nossa octogésima quarta reunião, mais de noventa pessoas foram ouvidas, então um trabalho longo e exaustivo, mas que está chegando na parte final.

Eu passo a palavra, agora, ao deputado Nilton Sindpol, vice-presidente desta CPI.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Boa tarde, Presidente Coronel Chagas, o relator Jorge Everton...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por favor, me permita. Quero apenas registrar a presença da senhora deputada Lenir Rodrigues, que também está nesta CPI, acaba de chegar.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Pois não, Presidente. Deputada Lenir Rodrigues, incansável e representante do povo. Deputado Renato Silva, que assim como eu, é do primeiro mandato, mas teve o desprendimento, a coragem, a determinação de propor requerimento para instalar esta CPI da saúde. A CPI da Saúde, realmente, sempre foi considerada uma caixa preta, que ninguém, jamais, teve coragem de ousar buscar as informações que contém ali, a questão da denúncia do primeiro secretário, do então governador Antônio Denarium, que disse que a saúde era âmbito de corrupção. Então, deputado Renato Silva, sendo as minhas homenagens a Vossa Excelência e dou os parabéns a esse jovem deputado que, realmente, iniciou todo esse processo, e aos demais membros desta comissão. Como já foi dito pelos antecessores, muitos diziam que esta CPI não teria resultados práticos, e como já foi narrado, não vale mais à pena perder tempo, somente vou ratificar o que já disse o relator, deputado Jorge Everton, deputado Coronel Chagas, o deputado Renato Silva. Nós já temos aí os homens dos respiradores, já com a sentença, inclusive, o ex-

secretário não foi localizado, não depôs nesta CPI, por conta da alegação de Covid-19, digo, na segunda vez, na segunda oportunidade, certo? Então, isso aí mostra ao povo do estado de Roraima que, realmente, este Poder Legislativo está atuante, está vigilante, realmente, cumprindo seu papel que é fiscalizar. Então, deputada Lenir, nós já estamos na reta final, como já foi dito aqui, e tudo isso que foi feito, nós ressaltamos, aqui, essa questão da cooperativa médica, que estava aí, há mais de vinte anos, deputado Renato Silva, com contrato milionário e esse dinheiro todo indo pelo ralo, com certeza. Então me orgulho de fazer parte desta CPI.

Quero exaltar o trabalho da Polícia Civil, que nós, aqui, também, requeremos para que esse trabalho fosse realizado por essa instituição, que tem amadurecido, que tem realmente os seus membros se capacitando para que possam fazer esse tipo de trabalho e colaborar, não só com o Poder Legislativo, mas com a sociedade do estado de Roraima, que é quem realmente paga nosso salário, sempre costumou dizer isso. Então, cada um de vocês, aqui, que são membros... temos os experientes: a deputada Lenir, que já participou de CPI e o deputado Jorge Everton, não é? E nós, que chegamos agora, e que somos de primeiro mandato, deputado Renato, mas também estamos aprendendo, estamos com disposição, estamos de mangas arregaçadas para trabalhar. Então a cada um que compõe esta CPI, realmente, eu acredito que esse trabalho que vai culminar aqui com o relatório do deputado Jorge Everton, ele vai ser pautado em todas essas informações da coleta destes dados e certamente, vamos colaborar para que a saúde do estado seja melhor. Ainda não está do jeito que nós queremos, que é uma saúde pública de excelência, mas, como dizem os filósofos, só tem o segundo passo depois do primeiro. Então, este trabalho da CPI, eu me orgulho, particularmente, de fazer parte desta equipe aqui e colaborar de forma direta com dias melhores, certamente, da saúde pública em nosso estado.

Presidente Chagas, para finalizar, Vossa Excelência, que já é um parlamentar experiente, que antes mesmo de ser deputado, já ocupou vários cargos de destaque na estrutura do estado de Roraima, e que tão bem conduziu os trabalhos da CPI. Também render nossos parabéns, assim como ao relator, que também é experiente, mas que todos estão com a mesma dedicação, com a mesma disposição. Parabéns a Vossa Excelência e agradecemos pela oportunidade, por estar aprendendo com vocês, que são experientes. E nós estamos aqui, também, com nosso conhecimento e com nossa disposição para somar com esse time. Certamente, esta CPI da saúde já entrou para a história dos anais do Poder Legislativo, e vai ser muito falada durante as próximas legislaturas que virão. Então, obrigado e boa tarde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputada Lenir, apenas uma reunião administrativa, a senhora, por motivos alheios a sua vontade, acabou não chegando no início desta reunião. Apenas para contextualizar, teve a finalidade de repassar, comunicar aos senhores deputados, que nós recebemos o relatório da análise nos autos bancários, telefônicos, sigilosos, feitos pela equipe da Polícia Civil, que trabalhou de forma brilhante e incansável, até a conclusão dos trabalhos. E esses relatórios, nós entregamos, hoje, em mãos, para o deputado Jorge Everton, em envelopes lacrados com as devidas cautelas. E ele vai, agora, analisar esses relatórios em fase do que consta nos autos e verificar se ainda é necessário mais alguma diligência por parte desta CPI, como requisitar algum documento, ouvir alguma pessoa, alguma testemunha, algum investigado. Ele terá o prazo de sete dias para fazer essa análise. E decorrendo desde prazo, nós convocaremos uma nova reunião administrativa da CPI para deliberar quanto à necessidade ou não de eventual requerimento de oitiva de alguém, poder de requisição de documentos, ou para estabelecer um prazo para que ele conclua o relatório e possa, então, apresentar esta CPI. Esse foi o objetivo desta reunião, e acho que foi atingido.

Nós queremos agradecer a presença de todos os deputados, servidores desta Casa, e especialmente, à Polícia Civil de Roraima, pelo brilhante trabalho desenvolvido na análise que, realmente, precisava de especialistas com programas específicos para conseguir conciliar as informações bancárias e emitir um relatório. Mas, com certeza, ao final desta CPI, nós deveremos estar propondo essas homenagens, não só aos servidores desta Casa que contribuíram para realização desse trabalho ao longo desses dois anos, mas também a outras instituições, a exemplo da Polícia Civil, que deram sua contribuição.

Lembrou-me, agora, a secretária, que nós temos quórum para deliberação. Eu coloco mais uma vez em discussão a ata da octogésima terceira reunião da CPI da Saúde. Não havendo quem queira discutir, nós a colocamos em votação. A votação será simbólica: aqueles que concordam com a ata da reunião anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Obrigado e até a próxima oportunidade.

Deputado **Coronel Chagas**
 Presidente da CPI de Saúde - ALERR

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÃO Nº 0458/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Convalidar os afastamentos dos servidores abaixo relacionados, com destino aos Municípios de Mucajaí/RR, Caracarái/RR e Rorainópolis/RR, no dia 30.10.2021, para acompanhar a equipe de sanitização dos prédios da Escola do Legislativo - ESCOLEGIS.

Matrícula	Servidor
27281	Francisco de Souza Moura Junior
27405	Rafaela de Jesus Silva Altino

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 03 de novembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0459/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar os afastamentos dos servidores abaixo relacionados, para viajarem com destino a Cidade de Campo Grande/MS, saindo no dia 23.11.2021, com retorno no dia 27.11.2021, onde farão a cobertura jornalística da participação dos Deputados na 24ª Conferência Anual da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE, sendo o maior encontro entre Legislativos da América Latina.

Matrícula	Servidor
14603	Adriana Maria Silva da Cruz
14572	Camila Torreyas Dall' Agnol
22917	Eduardo Bezerra de Andrade
17910	Marilena Barbosa de Freitas
11746	Rondinele da Silva Esbell
14600	Sônia Lúcia Nunes Pinto

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 03 de novembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0460/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **José Nilton Pereira da Silva**, para viajar com destino a Cidade de Brasília/DF, saindo no dia 08.11.2021, com retorno no dia 12.11.2021, onde participará de reuniões com lideranças políticas na Capital Federal, visando o bom desempenho das suas atividades parlamentares.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 03 de novembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0461/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para exercerem a função de fiscais do contrato, conforme artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Nº do Processo	Contratada	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscais do Contrato
253/2019	AMATUR AMAZÔNIA TURISMO LTDA	Eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículo tipo ônibus para atender as necessidades da ALE/RR	-34.805.903/0001-61	-Elixarles Moreira Barros Matrícula: 26028 (Fiscal) -Gleydson Braga da Rocha Matrícula: 26146 (Fiscal Suplente)

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 0134/2021.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÃO Nº 8685/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 4567/2021-SGP de 20.07.2021, publicada no Diário da ALE nº 3498 de 21 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 04 de novembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

